



Administração Pública para PM/SP

Compilação de questões de provas da VUNESP

Rodrigo Cavalheiro Rodrigues
MULTIVERSO JURÍDICO

Exercícios VUNESP para o concurso da PM/SP
Noções de Administração Pública
(Direito Constitucional e Direito Administrativo)

Sumário

1 Constituição Federal.....	2
1.1 Direitos e Garantias Individuais e Coletivas	2
1.1.1 Direito à vida e à privacidade	2
1.1.2 Liberdades	2
1.1.3 Propriedade	4
1.1.4 Garantias penais e processuais; remédios constitucionais e direito à informação	4
1.1.5 Tratados Internacionais de Direitos Humanos	7
1.1.6 Temas Diversos	7
1.2 Direitos Sociais do Trabalhador	10
1.3 Administração Pública.....	12
1.3.1 Disposições Gerais	12
1.3.2 Servidores Públicos.....	16
2. Constituição do Estado de São Paulo	18
3. Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado de São Paulo	21
4. Processo Administrativo do Estado de São Paulo	30
Gabarito	32

1 Constituição Federal

1.1 Direitos e Garantias Individuais e Coletivas

1.1.1 Direito à vida e à privacidade

01. VUNESP - 2002 - SEFAZ-SP - Agente Fiscal de Rendas

De acordo com a Constituição Federal, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo

- a) Em qualquer caso, por ordem judicial.
- b) Em qualquer caso, por ordem judicial ou por decisão proferida em processo administrativo que assegure a defesa do interessado.
- c) No caso da correspondência, por ordem judicial, para fins de investigação de crimes contra o patrimônio Público.
- d) No caso das comunicações telefônicas, por ordem judicial, para fins de investigação de paternidade ou para investigação de crimes contra o patrimônio Público.
- e) No caso das comunicações telefônicas, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

1.1.2 Liberdades

02. VUNESP - 2013 - MPE - ES - Agente de Promotoria - Secretaria

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, expressamente previstos no artigo 5º da Constituição da República, é correto afirmar que é livre

- a) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja licença prévia de autoridade competente.
- b) o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualificações profissionais que a lei exigir.
- c) a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- d) a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, nos termos da lei.
- e) o exercício de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo em caso de cumprimento de obrigação legal a todos imposta.

03. VUNESP - 2013 - MPE - ES - Promotor de Justiça

Sobre a liberdade religiosa, é correto afirmar:

- a) a imunidade tributária em favor das entidades religiosas alcança os imóveis de sua propriedade isentando-as do IPTU, mas não as isentam desse tipo de tributo se o mesmo imóvel estiver alugado.
- b) a liberdade de religião não inclui a liberdade de organização religiosa, estando o poder público autorizado a impor a igualdade de sexos em entidades que internamente não a contemplem.
- c) o STF já decidiu que a proteção constitucional das entidades religiosas se estende às seitas religiosas e também à maçonaria.
- d) a exibição de crucifixo ou de imagens sagradas em lugares públicos é vedada pela Constituição, tendo em vista que os princípios que regem o Estado laico não admitem essa conduta.
- e) os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso estão abrangidos pela garantia constitucional da imunidade tributária.

04. VUNESP - 2013 - MPE - ES - Promotor de Justiça

Com relação à liberdade de associação, assinale a alternativa que está expressamente de acordo com o texto constitucional.

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- b) É plena a liberdade de associação, para fins lícitos, incluindo a de caráter paramilitar.
- c) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, a não ser por meio de convenção coletiva.
- e) As entidades associativas, ainda que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para exigir contribuição de trabalhadores não filiados, mas que sejam da categoria por elas representada.

05. VUNESP – 2012 – Escrevente TJSP

Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito garantido expressamente pela Constituição Federal.

- a) Inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) Inviolabilidade do domicílio, impedindo que alguém nele possa entrar sem consentimento do morador, salvo para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
- c) Livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, da proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- d) Direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do poder público e desde que não frustrate outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- e) Manifestação livre do pensamento, com respectiva garantia do anonimato.

1.1.3 Propriedade

06. VUNESP - 2009 - TJ - MS - Notários

Análise as afirmativas a seguir:

I. a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

II. a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, mesmo que lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

III. todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, não podendo a autoridade pública alegar qualquer tipo de sigilo para se negar a prestar tais informações.

IV. aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

1.1.4 Garantias penais e processuais; remédios constitucionais e direito à informação

07. VUNESP - 2010 - MPE - SP - Analista de Promotoria

Pela Carta Magna Brasileira, não há óbice a que a lei estabeleça fiança para o seguinte delito:

- a) terrorismo.
- b) infanticídio.
- c) prática do racismo.
- d) ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- e) tráfico ilícito de entorpecentes.

08. VUNESP - 2013 - MPE - ES - Agente Técnico - Contador

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o acesso a informações públicas é um direito fundamental garantido a todos os cidadãos, o qual, no entanto, pode ser restringido na seguinte hipótese prevista, expressamente, no texto constitucional:

- a) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) quando necessário manter o sigilo para preservação da intimidade e da vida privada.
- c) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança pública e de interesse da administração pública.
- d) se a divulgação da informação puder potencialmente causar prejuízo aos interesses de setores estratégicos da administração do Estado.
- e) se a informação solicitada revelar dados particulares de altas autoridades do governo federal, estadual ou municipal.

09. VUNESP – 2011 – Escrevente TJSP

Conforme o que estabelece expressamente a Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas

- a) cujo sigilo tenha sido decretado pela autoridade administrativa competente.
- b) relativas a direitos individuais indisponíveis.
- c) de interesse exclusivo da Administração Pública.
- d) cujo interesse esteja relacionado à segurança ou à saúde pública.
- e) cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

10. VUNESP - 2009 - TJ - MS - Notários

É direito constitucional fundamental do cidadão brasileiro

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos, mediante o pagamento de taxa, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, de terceiros ou de interesse coletivo.
- c) propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer caso, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) a razoável duração do processo, exclusivamente no âmbito judicial, e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- e) a garantia de não ser extraditado, salvo o brasileiro naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

11. VUNESP - 2006 - OAB-SP - OAB 129º

A defesa de direitos frente aos Poderes Públicos poderá ser promovida, extrajudicialmente, por meio

- a) de reclamação, para preservar a autoridade da decisão do Supremo Tribunal Federal e de habeas data.
- b) de habeas data e do direito de petição.
- c) de reclamação, para preservar a autoridade da decisão do Supremo Tribunal Federal, e do direito de certidão.
- d) dos direitos de petição e de certidão.

12. VUNESP - 2013 - Câmara São Carlos - Advogado Legislativo

Fixando os Vereadores do Município de São Carlos a sua própria remuneração, para que essa possa vigor na própria legislatura, caracteriza-se ato inconstitucional lesivo ao patrimônio material e à moralidade administrativa. A respeito de tais fatos, qualquer cidadão pode ajuizar

- a) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) mandado de segurança.
- c) ação direta de inconstitucionalidade.
- d) ação popular.
- e) ação civil pública.

13. VUNESP - 2013 - MPE - ES - Agente Técnico - Contador

Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.

- a) São gratuitas as ações de habeas corpus e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- b) No ajuizamento do habeas data, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
- d) É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

14. VUNESP - 2013 - MPE - ES - Agente de Promotoria - Secretaria

No tocante aos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Não cabe mandado de segurança em relação a punições disciplinares militares.
- b) A ação de habeas corpus pode ter, na qualidade de paciente, uma pessoa jurídica.
- c) O mandado de injunção pode ter, no polo passivo da ação, uma pessoa jurídica de direito privado.

d) A ação de habeas data tem por fim assegurar o conhecimento de informações de interesse particular, coletivo ou geral, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

e) Um dos pressupostos para a propositura da ação popular é a existência de lesividade ao meio ambiente.

1.1.5 Tratados Internacionais de Direitos Humanos

15. VUNESP – 2012 – TJSP – Escrevente

Segundo o que estabelece a Carta Magna Brasileira, para que um tratado internacional seja considerado equivalente à emenda constitucional, é necessário que

a) seja assinado pelo Chefe do Poder Executivo, ratificado por ambas as Casas do Congresso Nacional e, independentemente da sua matéria, que seja aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

b) seja sobre direitos humanos e que tenha sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

c) tenha sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, independentemente da matéria que ele trate.

d) seja devidamente aprovado pelo Congresso Nacional, ratificado pelo Poder Executivo e incorporado à Constituição Federal, independentemente da matéria que ele trate.

e) o Supremo Tribunal Federal reconheça a sua compatibilidade com o texto constitucional por meio do julgamento de Ação Declaratória da Constitucionalidade.

1.1.6 Temas Diversos

16. VUNESP - 2013 - Fundação Casa - SP - Analista Técnico - Assistente Social

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou ordem da autoridade administrativa.

b) são gratuitos a todos os brasileiros, na forma da lei, os registros civis.

c) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

d) é livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

e) não haverá em hipótese alguma prisão civil por dívida.

17. VUNESP – 2011 – Escrevente TJSP.

Assinale a alternativa que está, expressamente, de acordo com o texto da Constituição Federal.

a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

- b) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter privado.
- c) São gratuitas as ações de habeas corpus e mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- d) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a célere decisão do processo e os meios que garantam a igualdade de sua tramitação.
- e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

18. VUNESP – 2012 – Escrevente TJSP

Analise as seguintes afirmativas:

I - A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante indenização a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis em até vinte anos, ressalvados os casos previstos na Constituição.

II - A pequena ou média propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

III - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV - A prática do racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

Considerando-se o disposto na Constituição Federal, está correto o que se afirma, apenas, em

- a) III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II.
- e) I e II.

19. VUNESP – 2013 – Escrevente TJSP

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- b) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o sexo e o grau de escolaridade do apenado.

- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei de seus países de origem.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse e desenvolvimento tecnológico das empresas.
- e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a multa, imposta em processo criminal, ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

20. VUNESP - 2013 - Polícia Civil - SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo censura ou necessidade de prévia licença.
- c) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
- d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer restrições quanto às qualificações profissionais.
- e) É plena a liberdade de associação, independentemente de sua finalidade e ainda que de caráter paramilitar.

21. VUNESP - 2013 - Polícia Civil - SP - Escrivão de Polícia

Assinale a alternativa cuja afirmação está, expressamente, de acordo com a Constituição Federal brasileira.

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, em ambos os casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal.
- b) A lei penal não retroagirá, salvo para punir o réu nos casos de cometimento de crime hediondo ou de racismo.
- c) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que prévia e devidamente autorizado pela autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

1.2 Direitos Sociais do Trabalhador

22. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário - 2012

Himeneu Silva tem 17 anos de idade, casado e pai de dois filhos menores de cinco anos, e acabou de ser contratado para trabalhar na Empresa ABC Ltda.

Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que contempla corretamente um direito de Himeneu previsto na Constituição Federal.

- a) Se for trabalhar no período noturno, deverá perceber remuneração superior à do diurno em, no mínimo, cinquenta por cento.
- b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- c) Seguro contra acidentes de trabalho, a ser custeado em igual proporção entre Himeneu e a empresa ABC Ltda.
- d) Garantia de que não poderá exercer trabalho perigoso ou insalubre.
- e) Salário família, independentemente da renda que irá auferir como empregado.

23. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário - 2013

A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais

- a) o décimo terceiro salário, com base no vencimento básico ou no valor da aposentadoria.
- b) o repouso semanal remunerado aos domingos.
- c) o gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.
- d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.
- e) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas.

24. VUNESP – Advogado - 2014

Visando a proteção da mulher nas relações de trabalho, a Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, prescreve que

- a) a concessão de licença à gestante será de noventa dias, sem prejuízo do salário e do emprego.
- b) é facultativa a dispensa da trabalhadora gestante, durante a gravidez.
- c) não há possibilidade de permanência dos filhos da trabalhadora no local de trabalho, durante o período de amamentação.
- d) deve haver a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- e) é facultativa a diferença de salário, de critérios de admissão e de exercício de funções por motivo de sexo.

25. VUNESP - Oficial Administrativo - 2014

Conforme estabelece a Constituição Federal, é um direito do trabalhador urbano ou rural, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- a) seguro-desemprego de até trinta dias, em caso de desemprego voluntário.
- b) gozo de férias anuais remuneradas com cinquenta por cento a mais do que o salário normal.
- c) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- d) diversidade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- e) distinção de salário entre trabalhador manual, técnico ou intelectual.

26. VUNESP - Defensor Público do Estado do Mato Grosso do Sul - 2012

Tendo em vista o disposto na Carta Magna brasileira, assinale a alternativa que contempla corretamente os direitos sociais garantidos aos trabalhadores.

- a) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- b) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; proteção em face da automação, na forma da lei.
- c) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.
- d) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador, nos termos da lei.

27. VUNESP - Notário e Registrador - 2014

Assinale a alternativa em plena harmonia com a Constituição Federal no que tange a direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) irredutibilidade do salário, nunca admitida sua diminuição.
- b) remuneração pelo serviço extraordinário, que deve ser pelo menos um terço superior à do normal.
- c) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) seguro-desemprego em qualquer hipótese.

28. VUNESP - Agente Policial - 2013

É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em

- a) cem por cento.
- b) setenta por cento.
- c) trinta por cento.
- d) vinte por cento.
- e) cinquenta por cento.

29. VUNESP - Analista Organizacional (PRODEST) - 2014

A Constituição Federal estipula que é livre a associação profissional ou sindical, observada, entre outras regras, a seguinte:

- a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- b) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial.
- c) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, limitado a questões administrativas extrajudiciais.
- d) a diretoria do sindicato fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha.
- e) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical.

1.3 Administração Pública

1.3.1 Disposições Gerais

30. 2015 - VUNESP - Auxiliar Administrativo (CM Itatiba)

Os cinco princípios básicos da administração pública que estão expressamente previstos na Constituição Federal são:

- a) Razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- b) Ampla defesa, proporcionalidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- c) Contraditório, legalidade, moralidade, finalidade e eficiência.
- d) Publicidade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.
- e) Publicidade, legalidade, moralidade, ampla defesa e proporcionalidade.

31. 2015 - Analista (Pref SP)/Informações, Cultura e Desporto/Biblioteconomia

O artigo 37 da Constituição Federal define os princípios que norteiam a Administração Pública. É correto afirmar que o princípio da Moralidade

- a) foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, em função dos inúmeros casos de corrupção no país.

- b) diz respeito à obrigatória divulgação dos atos, contratos e outros instrumentos da Administração Pública.
- c) estabelece que qualquer atividade da Administração Pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza.
- d) define que a Administração Pública e seus atos estão restritos aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar sob pena de invalidade do ato e responsabilização do seu autor.
- e) atribui ao administrador público a obrigação de agir segundo os bons costumes, princípios de justiça, equidade e honestidade.

32. 2016 - VUNESP - Assistente Administrativo I (UNESP)

João prestou concurso público para o cargo de Assistente Administrativo no “campus” da UNESP de São João da Boa Vista e foi aprovado. Segundo a Constituição Federal, o prazo de validade desse concurso será

- a) de um ano, prorrogável duas vezes por igual período.
- b) de até um ano, prorrogável por dois anos.
- c) de até um ano, improrrogável.
- d) de dois anos, prorrogável uma vez por um ano.
- e) de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

33. 2015 - Assistente Legislativo (CM Caieiras)

Nos termos do que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogáveis por duas vezes, por igual período.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) As funções de confiança serão exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, ou função temporária.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

34. 2016 - VUNESP - Oficial de Promotoria (MPE SP)

As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas

- a) à administração fazendária e aos seus servidores fiscais.
- b) às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) aos casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

- d) às autarquias, empresas públicas e suas subsidiárias.
- e) aos servidores com acumulação remunerada de dois cargos públicos.

35. 2015 - Delegado de Polícia Civil (CE)

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de

- a) dois cargos técnicos com outro de professor.
- b) dois cargos científicos com outro de professor.
- c) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- d) um cargo técnico com outro científico.
- e) dois cargos de professor com outro técnico, em autarquias ou fundações.

36. 2013 - UNESP - Motorista - São José dos Campos

Conforme estabelece a Constituição Federal, é permitida a acumulação remunerada de cargos quando houver compatibilidade de horários, entre outros, no caso de

- a) dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.
- b) três cargos ou empregos privativos ou públicos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.
- c) dois cargos de professor com outro de pesquisador científico.
- d) dois cargos de técnico com outro cargo científico.
- e) três cargos de professor.

37. 2013 - SEDU - SP - Analista Administrativo

Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a Administração Pública.

- a) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b) É vedado ao servidor público civil participar ou ser membro de associação sindical.
- c) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) Não serão admitidas, no serviço público, contratações de pessoal por tempo determinado.
- e) A investidura em cargo ou emprego público, incluindo os cargos em comissão, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

38. 2016 - Procurador (IPSMI)

O teto do funcionalismo tem como base parâmetros distintos a depender do ente federativo e da esfera de Poder. Assim, conforme previsão constitucional,

- a) no âmbito do Poder Judiciário Estadual, o teto equivale ao subsídio mensal dos Desembargadores do TJ, limitado a 85,75% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) no âmbito do Município, tanto na esfera legislativa como na executiva, o teto equivale ao subsídio do Prefeito.
- c) no âmbito do Poder Legislativo estadual, o teto equivale ao subsídio mensal do Governador de Estado.
- d) os tetos da Magistratura federal e estadual são idênticos, equivalendo a 85,75% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) no âmbito do Poder Legislativo Municipal, o teto equivale ao subsídio mensal dos Vereadores.

39. 2016 - Secretário Geral (CM Pradópolis)

Segundo a regência constitucional, no que se refere à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos ou naturalizados, na forma da lei.
- b) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- c) É vedada a vinculação, mas permitida a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) Somente por lei específica poderá ser criada sociedade de economia mista, mas a criação de suas subsidiárias independe de autorização legislativa.

40. 2015 - Auditor Municipal de Controle Interno (SP)

A empresa de direito privado "X" foi regularmente contratada pelo Município para prestar determinado serviço público. Durante a execução do serviço, a empresa "X", por uma ação do seu funcionário, veio a causar prejuízo financeiro à empresa "Y", não usuária do referido serviço. Nessa situação, segundo o disposto na Constituição Federal e o entendimento do STF, a respeito da eventual responsabilidade da empresa "X", é correto afirmar que

- a) não responde diretamente pelo prejuízo causado, vez que essa responsabilidade é do Município que a contratou.
- b) responde por responsabilidade objetiva, mesmo a empresa "Y" não sendo usuária do serviço.
- c) responde por responsabilidade subjetiva, tendo em vista que a prejudicada não é usuária do serviço.
- d) tem responsabilidade subsidiária e o Município contratante responsabilidade objetiva.
- e) tem responsabilidade subjetiva e solidária com o Município contratante.

1.3.2 Servidores Públicos

41. 2015 - Assistente Legislativo (CM Caieiras)

Ao Servidor Público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição correta e em conformidade com a Constituição Federal:

- a) quando em mandato eletivo distrital, não poderá se afastar de seu cargo, emprego ou função.
- b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo, obrigatoriamente, receber a remuneração do mandato eletivo.
- c) investido no mandato de Vereador, será obrigado a se afastar do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para os efeitos legais.
- e) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

42. 2016 - Agente de Administração (IPREF)

Na hipótese de um servidor público efetivo da Administração Pública vir a ser eleito para mandato de deputado estadual, a Constituição Federal estabelece que ele

- a) deverá ser demitido do seu cargo efetivo.
- b) poderá acumular o cargo com o mandato, desde que haja compatibilidade de horários.
- c) deverá pedir exoneração do cargo.
- d) ficará afastado do seu cargo.
- e) poderá acumular o cargo com o mandato, desde que haja autorização da autoridade competente.

43. 2013 - Polícia Civil - SP - Papiloscopista Policial

Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade

- a) após dois anos contados da sua nomeação para o cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- b) após três anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação técnica da sua chefia imediata que deverá ser ratificada pelo Secretário de Estado da respectiva Pasta.
- c) após dois anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d) após três anos contados da sua nomeação para o cargo e mediante a avaliação técnica da sua chefia imediata que deverá ser ratificada pelo Governador do Estado.

e) após três anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

44. 2013 - Polícia Civil - SP

Considerando o disposto na Carta Magna brasileira, é correto afirmar sobre a estabilidade do servidor público:

- a) o servidor público estável somente poderá perder o cargo por sentença judicial.
- b) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável não poderá ser colocado em disponibilidade.
- c) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele não poderá ser reintegrado se o seu cargo já estiver ocupado.
- e) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos, contados da sua nomeação.

45. 2013 - Câmara Bragança Paulista - Procurador Jurídico

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- b) Os proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos dos Municípios, por ocasião de sua concessão, só poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, nos casos em que o tempo de contribuição superar o de efetivo exercício.
- c) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial julgada em 2ª instância.
- d) Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- e) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

46. 2016 - Agente de Administração (IPREF)

A Constituição Federal assegura aos servidores ocupantes de cargo público, dentre outros, o seguinte direito aplicável aos demais trabalhadores:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.
- b) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- c) fundo de garantia do tempo de serviço.
- d) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

2. Constituição do Estado de São Paulo

47. VUNESP - AET (DETRAN SP) - 2013

De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- a) os atos administrativos normativos poderão ser publicados no órgão oficial do Estado, de forma reduzida.
- b) os atos administrativos não normativos não poderão ser publicados.
- c) as leis internas deverão ser publicadas de forma reduzida, para que produzam seus efeitos regulares.
- d) os atos administrativos não normativos poderão ser publicados de forma reduzida.
- e) as leis externas poderão ser publicadas de forma reduzida, para que produzam seus efeitos regulares.

48. VUNESP - Of Admin (SAP SP) - 2011

Conforme o disposto na Constituição do Estado de São Paulo, no que diz respeito à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção das sociedades de economia mista dependem de autorização prévia do chefe do Poder Executivo.
- b) É facultativa a estipulação de limite de idade para ingresso por concurso público nas Autarquias e Fundações Públicas mantidas pelo Poder Público, ainda que no limite constitucional para a aposentadoria compulsória.
- c) É vedado ao Poder Público e às empresas que enfrentam concorrência de mercado, de forma direta, a publicidade de qualquer natureza fora do território do Estado, para fins de propaganda governamental.
- d) É vedada à Administração Pública direta e indireta, inclusive a fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, a contratação de serviços ou obras de empresas que não atendam às normas relativas à saúde e à segurança no trabalho.
- e) Os serviços públicos serão remunerados por impostos previamente fixados pelo órgão legislativo competente, na forma que a lei estabelecer.

49. VUNESP - OET (DETRAN SP)- 2013

Conforme estabelece a Constituição do Estado de São Paulo, a criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção das sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas dependem de prévia

- a) autorização do Governador do Estado.

- b) aprovação do Governador do Estado.
- c) autorização de, no mínimo, um terço dos membros da Assembleia Legislativa.
- d) aprovação da Assembleia Legislativa.
- e) autorização de lei federal.

50. VUNESP - OET (DETRAN SP) - 2013

Determina a Constituição do Estado de São Paulo que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, de

- a) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- b) três cargos de professor.
- c) três cargos de profissional da saúde, com profissões regulamentadas.
- d) um cargo técnico com outro emprego privativo de profissional da saúde.
- e) um cargo de professor com dois de técnico.

51. VUNESP - JE TJSP - 2007

Da leitura da Constituição Estadual, observe as asserções feitas.

I. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia financeira e administrativa, elaborada sua proposta orçamentária dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes.

II. Compete exclusivamente à Assembléia Legislativa julgar as próprias contas e as dos Poderes Executivo e Judiciário.

III. Os servidores públicos estaduais, investidos mediante concurso público em cargo de provimento efetivo, e no exercício respectivo há pelo menos três anos, são considerados estáveis, para todos os efeitos legais.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II e III.

52. VUNESP - APOFP SP - 2013

Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à Administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao sequestro e perdimento dos bens, nos termos da lei.
- b) A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, incluindo-se as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

- c) As vantagens de qualquer natureza poderão ser instituídas por decreto do Governador do Estado e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço.
- d) A lei assegurará aos servidores da administração direta proporcionalidade de subsídios entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- e) Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público terão regimes jurídicos específicos, a critério de cada carreira.

53. VUNESP - AET (DETRAN SP) - 2013

Conforme dispõe a Constituição do Estado de São Paulo, a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal é

- a) facultativa para o cargo de Diretor de agências reguladoras e autarquias.
- b) vedada para o cargo de Procurador Geral do Estado.
- c) facultativa para o Superintendente de qualquer órgão da administração pública indireta.
- d) irrelevante quando se trata do cargo de Defensor Público Geral.
- e) permitida para os Reitores das Universidades Públicas Estaduais.

54 - VUNESP - Agente de Organização Escolar (Sec Educ SP) - 2012

Conforme estabelece, expressamente, a Constituição do Estado de São Paulo, os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de

- a) chefia e cargos técnicos.
- b) direção, chefia e assessoramento.
- c) chefia, assessoramento e professores.
- d) professores universitários, direção e cargos técnicos.
- e) auxiliares diretos do Governador e dos Secretários estaduais.

55. VUNESP - Agente de Organização Escolar (Sec Educ SP) - 2012

Na hipótese de ficarem vagos os cargos de Governador e Vice-Governador, será chamado a exercer a governança do Estado, em primeiro lugar, o

- a) candidato mais votado nas últimas eleições para o cargo de Governador.
- b) Presidente da Assembleia Legislativa.
- c) Presidente do Tribunal de Justiça.
- d) Deputado Estadual mais votado no Estado nas últimas eleições.
- e) Deputado Estadual líder do Governo na Assembleia Legislativa.

56. VUNESP - Agente de Organização Escolar (Sec Educ SP) - 2012

Wagner Fulano da Silva é servidor público estadual e foi eleito para ocupar cargo em sindicato de sua categoria. Nessa situação, pela Constituição do Estado de São Paulo, e nos termos da lei, Wagner

- a) não tem direito de afastar-se de suas funções, devendo acumular os dois cargos, desde que haja compatibilidade de horários entre eles.
- b) deverá pedir exoneração do seu cargo de servidor público para assumir a nova função no sindicato.
- c) tem o direito de afastar-se de suas funções, durante o tempo em que durar o mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens.
- d) deverá afastar-se de suas funções, durante o tempo em que durar o mandato, mas não receberá seus vencimentos.
- e) poderá optar entre permanecer no cargo de servidor público, sem remuneração, para receber vencimentos exclusivamente do sindicato ou pedir demissão do serviço público, com indenização integral pelo tempo trabalhado.

57. VUNESP - Agente de Organização Escolar (Sec Educ SP) - 2012

O órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado de São Paulo, com suas atribuições, organização e composição definidas em lei é o(a)

- a) Reitoria da Universidade do Estado de São Paulo.
- b) Secretaria Estadual da Educação.
- c) Ministério da Educação e Cultura.
- d) Conselho Estadual de Educação.
- e) Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

3. Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado de São Paulo

58. VUNESP - Advogado (TJ SP) - 2013

“O conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário” corresponde à definição de

- a) função pública.
- b) função pública ou emprego público.
- c) emprego público.
- d) cargo público.
- e) cargo público ou emprego público.

59. VUNESP - Oficial Administrativo (PM SP) - 2014

Nos termos da Lei n.º 10.261/68, o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonadas segundo o nível de complexidade e de responsabilidade, denomina-se

- a) grau do cargo público.
- b) padrão do cargo público.
- c) cargo público.
- d) quadro.
- e) carreira.

60. VUNESP - Escrivão de Polícia (PC SP) - 2014

Disciplina o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261/68) que aos cargos públicos serão atribuídos valores determinados por referências numéricas, seguidas de letras em ordem alfabética, indicadoras de graus. O conjunto de referência e grau constitui, relativamente ao cargo,

- a) a classificação.
- b) a ordem.
- c) o padrão.
- d) o sistema.
- e) a importância.

61. VUNESP - Advogado (TJ SP) - 2013

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) acesso.
- c) readmissão.
- d) readaptação.
- e) reversão.

62. VUNESP - Analista em Planejamento (SEFAZ SP) - 2013

Juno, funcionário público estadual estatutário, havia sido demitido do serviço público, mas obteve judicialmente a anulação da sua demissão, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento, sendo que essa decisão transitou em julgado. Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o reingresso de Juno no serviço público se efetivará por meio da(o)

- a) reversão.
- b) reintegração.
- c) readmissão.
- d) provimento reflexo.

e) reaproveitamento.

63. VUNESP - Analista Administrativo (SAP SP) - 2011

Segundo o que reza o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, após a posse, o funcionário deverá entrar no exercício do cargo dentro do prazo de

- a) dez dias, improrrogáveis.
- b) quinze dias, prorrogáveis por mais quinze dias.
- c) vinte dias, improrrogáveis.
- d) vinte dias, prorrogáveis por igual período.
- e) trinta dias, prorrogáveis por mais trinta dias.

64. VUNESP - Analista (DESENVOLVE) - 2014

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo prevê que a posse é o ato que investe o cidadão em cargo público. É correto afirmar que

- a) a posse se dará mediante a assinatura de termo em que o funcionário afirme estar ciente dos deveres do cargo, perante o Governador do Estado, ou, na sua ausência, o Vice-Governador.
- b) a posse será realizada em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta), contados da data da homologação do concurso.
- c) a posse poderá ser tomada por procuração, em casos especiais, a critério da autoridade competente.
- d) o prazo para a tomada de posse poderá ser prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, a pedido do interessado.
- e) as condições estabelecidas, em lei ou regulamento, para a investidura no cargo serão verificadas no momento em que o agente entrar em exercício.

65. VUNESP - Técnico em Laboratório (PC SP) - 2014

A elevação do funcionário, dentro do respectivo quadro a cargo da mesma natureza de trabalho, de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuições, obedecido o interstício na classe e as exigências a serem instituídas em regulamento, é ato previsto pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo sob a denominação de

- a) reintegração.
- b) acesso.
- c) aproveitamento.
- d) reversão.
- e) nomeação.

66. VUNESP - Analista em Gestão Previdenciária (SPPREV) - 2009

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público a pedido ou ex officio é denominado

- a) reversão.
- b) reintegração.
- c) acesso.
- d) aproveitamento.
- e) readmissão.

67. VUNESP - Oficial Administrativo (PC SP) - 2014

Sobre o horário e o ponto do funcionário público, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de prorrogação do período de trabalho, o funcionário não terá direito à remuneração pelo trabalho extraordinário.
- b) O período de trabalho na repartição pública poderá ser alterado a qualquer momento a pedido do funcionário interessado.
- c) É vedado exigir do funcionário assinatura do ponto na repartição pública.
- d) Para o funcionário estudante, conforme dispuser o regulamento, poderão ser estabelecidas normas especiais quanto à frequência ao serviço.
- e) O funcionário que contribuir para banco de sangue receberá um prêmio em dinheiro correspondente a dois dias de salário.

68. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2014

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo prevê, a respeito do direito de petição, que

- a) o servidor não poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade.
- b) não é assegurado ao servidor o direito de requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, mesmo diante de manifesta ilegalidade.
- c) somente a pessoa física poderá peticionar contra ilegalidade ou abuso de poder e ser isenta do pagamento de taxas.
- d) a pessoa que queira reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público deverá comprovar seu interesse legítimo na questão, sob pena de indeferimento da petição.
- e) qualquer pessoa poderá se utilizar do direito de petição para comunicar ilegalidade ou abuso de poder, ou ainda defender o patrimônio público, desde que recolha a taxa devida.

69. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2010

Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais. Nessas hipóteses, o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo dispõe que a reposição do valor devido

- a) deve ser feita de uma só vez.
- b) pode ser feita em até cinco vezes.
- c) poderá ser descontada do vencimento ou remuneração, não excedendo o desconto à décima parte do valor destes.
- d) poderá ser parcelada em até dez vezes.
- e) deve ser recolhida no prazo de até trinta dias, contados da decisão final do processo administrativo que apurou o valor da dívida.

70. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2010

Sobre a pena de suspensão prevista na Lei n.º 10.261/68, é correto afirmar que

- a) não excederá noventa dias.
- b) não acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo do funcionário suspenso.
- c) não admite a sua conversão em multa.
- d) será aplicada no caso de ineficiência no serviço.
- e) será aplicada ao funcionário que revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou particulares.

71. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2010

Conforme dispõe a Lei n.º 10.261/68, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida a autoria, a autoridade competente realizará

- a) processo administrativo, que deverá ser concluído no prazo de trinta dias.
- b) sindicância administrativa, que deve ser concluída no prazo de sessenta dias.
- c) sindicância administrativa, que deverá ser concluída no prazo de noventa dias.
- d) apuração preliminar, que deverá ser concluída no prazo de trinta dias.
- e) apuração preliminar, que deverá ser concluída no prazo de noventa dias.

72. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2007

Assinale a alternativa correta, considerando o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo.

- a) A pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, dispensado de comparecer ao serviço pelo mesmo tempo da pena.

- b) No caso de procedimento irregular, de natureza grave, ao funcionário será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público.
- c) O funcionário suspenso manterá as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.
- d) Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que receber ou solicitar presentes, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão delas.
- e) A pena de suspensão do funcionário público, que não poderá exceder 90 (noventa) dias, será aplicada pela autoridade competente da respectiva repartição onde o funcionário exerce suas funções, nos casos de indisciplina ou falta do cumprimento dos deveres.

73. VUNESP - Oficial de Justiça (TJ SP) - 2009

Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, ao funcionário é proibido

- a) guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências.
- b) fazer qualquer tipo de referência em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração.
- c) servir de intermediário perante qualquer repartição pública para tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau.
- d) promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição.
- e) ser acionista, quotista ou comanditário de sociedades comerciais.

74. VUNESP - Oficial de Justiça (TJ SP) - 2009

Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou no seu curso, havendo conveniência para a instrução ou para o serviço, poderá o Chefe de Gabinete, por despacho fundamentado, nos termos do que dispõe a Lei n.º 10.261/68, ordenar a seguinte providência:

- a) afastamento imediato do servidor, com prejuízo de vencimentos ou vantagens, até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período.
- b) designação do servidor acusado para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas até decisão final do procedimento.
- c) colocar o servidor acusado em disponibilidade, sem prejuízos dos seus vencimentos ou vantagens do cargo, por até um ano ou até que sobrevenha a decisão final do respectivo processo administrativo.
- d) proibição de comparecer ao órgão público onde se encontra lotado até a solução final do procedimento.
- e) comparecimento facultativo, em periodicidade mensal, para tomar ciência dos atos do procedimento.

75. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJM SP) - 2011

São penas disciplinares:

- a) advertência, suspensão e multa.
- b) expulsão, multa e advertência.
- c) suspensão, demissão e prisão administrativa.
- d) demissão, repreensão e suspensão.
- e) expulsão, multa e demissão.

76. VUNESP - Oficial de Justiça (TJM SP) - 2011

Extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta sujeita à pena de:

- a) repreensão, demissão e suspensão, em 4 (quatro) anos.
- b) demissão e de cassação da aposentadoria, em 10 (dez) anos.
- c) advertência, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos.
- d) repreensão, expulsão ou multa, em 5 (cinco) anos.
- e) repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos.

77. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2013

No tocante às penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- a) será aplicada a pena de suspensão nos casos de abandono de cargo.
- b) a pena de repreensão será aplicada por escrito ou verbalmente, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.
- c) a pena de demissão, por ineficiência no serviço, será aplicada mesmo quando verificada a possibilidade de readaptação.
- d) será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo aceitou ilegalmente cargo ou função pública.
- e) o funcionário suspenso não perderá as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

78. VUNESP - Estatístico (TJ SP)/Judiciário - 2015

A ineficiência no serviço sujeita o funcionário público, nos moldes da Lei nº 10.261/68, à pena de

- a) demissão.
- b) repreensão por escrito.
- c) advertência.
- d) suspensão.
- e) demissão a bem do serviço público.

79. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2013

No Processo Administrativo,

- a) havendo denunciante, este deverá prestar declarações, após o interrogatório e na presença do acusado e de seu defensor.
- b) não comparecendo o acusado, será decretada a suspensão do feito, sendo apenas autorizada a realização das diligências urgentes.
- c) a citação do acusado será feita por edital, no mínimo 6 (seis) meses antes do interrogatório.
- d) comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas, ou apresentá-las.
- e) em razão da aplicação do princípio da publicidade, a imprensa deverá ter livre acesso ao processo.

80. VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) - 2013

Da decisão que aplicar penalidade, caberá recurso

- a) que será apresentado à autoridade superior hierárquica à que aplicou a pena, no prazo de 10 (dez) dias para, motivadamente, manter ou reformar a decisão.
- b) por uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado ou da intimação pessoal do servidor, quando for o caso.
- c) endereçado ao Secretário de Estado que, por meio de sua assessoria, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, deverá emitir parecer conclusivo.
- d) por uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, versando apenas sobre a legalidade ou ilegalidade do feito.
- e) com efeito suspensivo e endereçado diretamente à autoridade imediatamente superior àquela que aplicou a punição disciplinar.

81. VUNESP - Advogado (TJ SP) - 2013

Acerca da sindicância, conforme disciplinada pela legislação do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- a) deve estar concluída no prazo de 60 (sessenta) dias.
- b) os Diretores de Departamento e Divisão não têm competência para determinar sua instauração.
- c) substituirá o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão a bem do serviço público.
- d) os Chefes de Gabinete não têm competência para determinar sua instauração.
- e) a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

82. VUNESP - Analista em Planejamento (SEFAZ SP) - 2013

Durante a instrução de processo administrativo disciplinar, regido pela Lei n.º 10.261/68, constatou-se a existência de uma nulidade processual. No entanto, esse processo já

conta com a respectiva decisão de mérito. Considerando esses fatos, bem como o que dispõe a referida lei, pode-se afirmar que

- a) não será declarada a nulidade do ato processual se esse não houver influído na apuração da verdade substancial ou diretamente na decisão.
- b) a declaração de nulidade deve, obrigatoriamente, ser efetivada de ofício pela autoridade competente.
- c) a nulidade será declarada, independentemente dos efeitos produzidos, apenas se houver requerimento de uma das partes.
- d) a nulidade não poderá ser declarada, tendo em vista que o processo já conta com decisão proferida, restando superada a questão de eventuais nulidades processuais.
- e) será obrigatória, em qualquer caso, a declaração de nulidade do ato processual, independentemente dos seus efeitos.

83. VUNESP - Oficial Administrativo (SAP SP) - 2011

Conforme o disposto na Lei n.º 10.261/68, no tocante ao procedimento disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de repreensão, suspensão ou cassação de aposentadoria.
- b) A sindicância deverá estar concluída no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o relatório ser encaminhado ao Procurador Geral do Estado para a decisão.
- c) O processo administrativo poderá ser instaurado por Decreto, no prazo prorrogável de 10 (dez) dias do recebimento da determinação, e concluídos no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias da citação do acusado.
- d) No processo administrativo, o mandado de citação deverá conter informação de que o acusado poderá arrolar seis testemunhas e requerer provas, no prazo de 5 (cinco) dias após a data designada para seu interrogatório.
- e) Não será instaurado processo administrativo para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, se o servidor tiver pedido exoneração.

84. VUNESP - Oficial Administrativo (PC SP) - 2014

Nos moldes do que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, os procedimentos disciplinares punitivos serão realizados pelo(a)

- a) Governador do Estado.
- b) Procuradoria Geral do Estado.
- c) Poder Judiciário.
- d) Ministério Público.
- e) Tribunal de Contas.

4. Processo Administrativo do Estado de São Paulo

85. VUNESP - Analista em Planejamento (SEFAZ SP) - 2013

Conforme dispõe a Lei do Procedimento Administrativo do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.177/98), na hipótese de constatar-se, por exemplo, que uma pensão decorrente de morte estava sendo paga pelo Estado ao beneficiário de forma ilegal, esse benefício

- a) não poderá ser invalidado pela própria Administração, devendo esta buscar a invalidação perante o Judiciário, independentemente do prazo que o benefício vinha sendo pago.
- b) não poderá ser invalidado pela Administração, uma vez que se trata de prestação de caráter alimentar, que não pode ser revogada.
- c) poderá ser invalidado pela própria Administração se não ultrapassado o prazo de dez anos da data da produção do ato que a concedeu.
- d) poderá ser invalidado pela própria Administração a qualquer tempo, independentemente da data da sua concessão, tendo em vista a ilegalidade do ato que a gerou.
- e) não poderá ser invalidado pela Administração e nem pelo Judiciário, que não têm poderes para fazê-lo em se tratando de benefício já incorporado ao patrimônio do pensionista.

86. VUNESP - Analista em Planejamento (SEFAZ SP) - 2013

Entre outros atos administrativos, a Lei n.º 10.177/98 prevê como atos de competência privativa a Resolução e, de competência comum, a Portaria. Assim sendo, assinale a alternativa que apresenta corretamente autoridades competentes para expedir, respectivamente, esses tipos de atos.

- a) Procurador Geral do Estado e órgãos colegiados.
- b) O Governador e Secretários de Estado.
- c) Secretários de Estado e Diretores de Serviço.
- d) Promotores de Justiça e autoridades policiais.
- e) Dirigentes das Entidades descentralizadas e Reitores das Universidades.

87. VUNESP - Analista em Planejamento (SEFAZ SP) - 2013

Assinale a alternativa correta a respeito dos recursos, conforme disposto na Lei de Procedimentos Administrativos do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.177/98).

- a) Salvo disposição legal em contrário, o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração será de 30 (trinta) dias contados da publicação ou notificação do ato.
- b) Serão objeto de agravo de instrumento, na esfera administrativa, os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões.
- c) Em atendimento ao princípio da supremacia do interesse público, em nenhuma hipótese o recurso administrativo será recebido no efeito suspensivo, mas somente no devolutivo.

- d) À Procuradoria Geral do Estado compete recorrer, de ofício, de decisões que contrariarem Súmula Administrativa ou Despacho Normativo do Governador do Estado.
- e) Esgotados os recursos, a decisão final tomada em procedimento administrativo formalmente regular não poderá ser modificada pela Administração, salvo por decisão de responsabilidade pessoal do Governador.

88. VUNESP - Oficial Administrativo (PM SP) - 2014

A Lei n.º 10.177/98 estabelece que a Deliberação é ato privativo do(s)

- a) Órgãos colegiados.
- b) Governador do Estado.
- c) Secretários de Estado.
- d) Diretor de Serviço.
- e) Agente da Administração.

89. VUNESP - Delegado de Polícia (PC SP) - 2014

De acordo com a Lei Estadual do Processo Administrativo (Lei nº 10.177/1998), uma vez requerida a expedição de certidão de autos de procedimento em poder da Administração, a autoridade competente deverá apreciar o requerimento em 05 dias

- a) corridos e determinará a expedição em prazo não inferior a 05 dias úteis.
- b) corridos e determinará a expedição em prazo não superior a 05 dias corridos.
- c) úteis e determinará a expedição em prazo não inferior a 05 dias úteis.
- d) corridos e determinará a expedição em prazo não inferior a 05 dias corridos.
- e) úteis e determinará a expedição em prazo não superior a 05 dias úteis.

90. VUNESP - Analista em Gestão Previdenciária (SPPREV) - 2009

De acordo com a Lei Estadual n.º 10.177, de 30.12.98, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Sempre que a Administração identificar a invalidade de algum ato administrativo seu deverá buscar a sua anulação pela via judicial.
- b) O órgão ou entidade da Administração estadual que necessitar de informações de outro, para instrução de processo administrativo, poderá requisitá-las diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.
- c) Os atos administrativos poderão criar condicionamentos aos direitos dos particulares ou impor-lhes deveres de qualquer espécie, além de prever infrações e prescrever sanções.
- d) Os atos de mero expediente e os preparatórios de decisões são passíveis de recurso dirigido à autoridade hierarquicamente superior.
- e) Os órgãos colegiados não podem delegar suas funções e tampouco a execução material de suas deliberações.

Gabarito

01 – E	02 – C	03 – E	04 – A	05 – C	06 – A	07 – B	08 – A	09 – E	10 – E
11 – D	12 – D	13 – D	14 – E	15 – B	16 – C	17 – A	18 – A	19 – A	20 – A
21 – C	22 – D	23 – E	24 – D	25 – C	26 – B	27 – C	28 – E	29 – E	30 – D
31 – E	32 – E	33 – C	34 – B	35 – C	39 – A	37 – A	38 – B	39 – D	40 – B
41 – E	42 – D	43 – E	44 – C	45 – A	46 – E	47 – D	48 – D	49 – D	50 – A
51 – D	52 – A	53 – B	54 – B	55 – B	56 – C	57 – D	58 – D	59 – E	60 – C
61 – A	62 – B	63 – E	64 – C	65 – B	66 – A	67 – D	68 – A	69 – A	70 – A
71 – D	72 – D	73 – D	74 – B	75 – D	76 – E	77 – D	78 – A	79 – D	80 – B
81 – A	82 – A	83 – E	84 – B	85 – C	86 – C	87 – D	88 – A	89 – E	90 – B